
A Formação Continuada de Professores no Cotidiano da Escola Fundamental

A Luta Pela Democratização do Ensino Continua

A insistência em relação à questão da democratização do ensino(2) deve-se ao fato, deveras lamentável, de que a realidade escolar brasileira, nesta última década do século XX, ainda não foi alterada para melhor, apesar de toda a luta persistente dos educadores e dos discursos oficiais das autoridades educacionais.

Nos últimos anos, inúmeros trabalhos, como os de SAVIANI (1980, 1986), RODRIGUES (1985, 1987), MELLO (1982, 1986), LIBÂNEO (1984, 1991), PIMENTA (1988) e outros, apontam os determinantes externos e internos do fracasso escolar, ao mesmo tempo em que evidenciam a função decisiva que a educação escolar desempenha na formação da cidadania do homem brasileiro.

Segundo SAVIANI (1986, p. 73-76), "ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade (...); ser cidadão significa, portanto, participar ativamente da vida da sociedade moderna, isto é, da sociedade cujo centro de gravitação é a cidade".

De acordo com o mesmo autor, a educação escolar instrumentaliza o sujeito para o exercício consciente (direitos e deveres) da cidadania, na medida em que esta - a Escola - deve democratizar, como já explicitado anteriormente, com qualidade e quantidade, para todos, os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade.

1 Professor da Faculdade de Educação da USP e da Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC.

2 Aqui entendida como o **acesso** de crianças, jovens e adultos ao sistema regular e supletivo de ensino; permanência durante toda a trajetória educacional, com **qualidade e quantidade** de ensino.

Isto significa que é preciso que continuemos lutando, incansavelmente, em conjunto com outros segmentos da sociedade (famílias, sindicatos, associações etc.) para que este propósito deixe de ser apenas proposta e transforme-se em realidade.

A educação escolar, no contexto de uma "autonomia relativa e específica" (MELLO, 1982), atua de forma competente (consciente, criativa, crítica e transformadora) junto aos educandos como um todo e, principalmente, junto àqueles oriundos das camadas majoritárias e desfavorecidas da população.

Os alunos que têm acesso (e todos devem tê-lo) e permanecem (e todos devem permanecer) na Escola devem, ao final de sua educação escolar, apresentar diferenças significativas na forma de perceber e atuar no mundo. Segundo SAVIANI (1980), a Escola deve fazer a mediação entre "o senso comum e a consciência filosófica" (crítica), possibilitando ao educando desenvolver uma visão científica do mundo que o cerca. Esta mediação será feita pelo currículo escolar, centrado na comunicação e elaboração de conhecimentos vinculados ao saber universal e significativo para a vida do homem brasileiro contemporâneo.

Desta forma, a proposta curricular da Escola terá cumprido a sua função, tornando o aluno mais cidadão, mais humano, enfim.

Discutir a formação dos profissionais da educação escolar, no cotidiano da Escola fundamental, significa, portanto, colocar realidade no contexto mais amplo da democratização do ensino e da própria sociedade brasileira. Isto significa assumir a formação do educador em serviço, como um meio e não como um fim em si.

Contudo, vale registrar que a formação do educador em serviço não vai resolver, por si só, a questão da democratização do ensino, mas, certamente, terá uma função importante no processo de construção da Escola Pública brasileira. Uma nova Escola (não confundir com "escola nova"), democrática, necessita de educadores mais competentes para que cumpra, de maneira diferenciada, para melhor, a sua função social.

Educadores competentes necessitam, sem dúvida alguma, de condições mínimas de trabalho; dentre elas, a questão salarial é ponto de partida para qualquer discussão de propostas que visem melhorar o ensino brasileiro.

A Democratização do Ensino Passa Pela Competência Docente

A sala de aula será o local privilegiado para ocorrer, de fato, a propalada e desejada democratização do ensino. Isto pode ser considerado um consenso entre os educadores progressistas brasileiros; é preciso colocar à disposição de todos os educandos o saber a que apenas a elite dominante tem acesso.

É na sala de aula e por intermédio da competência docente que o educador escolar - professor - vai fazer a mediação ("entrar no meio") competente (crítica, criativa...) entre os educandos e os conteúdos curriculares, construindo, assim, de forma sistemática e intencional, a aprendizagem de conhecimentos, atitudes e habilidades nos educandos.

Nos últimos anos, vários educadores têm abordado a importância do resgate (se é que se pode dizer assim) da competência docente (técnica) no bojo da questão maior

que é a construção da Escola Pública brasileira. Dentre eles, MELLO (1982, p. 43), explicita o seguinte:

"Por competência profissional estou entendendo várias características que é importante indicar. Em primeiro lugar, o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse saber de modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado pelo aluno. Em segundo lugar, uma visão relativamente integrada e articulada dos aspectos relevantes mais imediatos de sua própria prática, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da escola, desde a organização dos períodos de aula, passando por critérios de matrícula e agrupamentos de classe, até o currículo e os métodos de ensino. Em terceiro, uma compreensão das relações entre o preparo técnico que recebeu, a organização da escola e os resultados de sua ação. Em quarto lugar, uma compreensão mais ampla das relações entre a escola e a sociedade, que passaria necessariamente pela questão de suas condições de trabalho e remuneração".

Em outras palavras, pode-se dizer que o conceito de competência docente apresenta cinco aspectos essenciais:

- domínio competente e crítico do conteúdo a ser ensinado;
- clareza dos objetivos a serem atingidos;
- domínio competente dos meios de comunicação a serem utilizados para a mediação eficaz entre o aluno e os conteúdos do ensino;
- visão articulada do funcionamento da Escola, como um todo;
- percepção nítida e crítica das complexas relações entre educação escolar e sociedade.

Vale insistir que a competência docente não é inata ("dom") e neutra, mas sim construída e inserida num tempo e num espaço. O que significa afirmar que ela varia nos diferentes momentos históricos, estando sempre comprometida com uma camada ou outra da população, dependendo do nível de consciência dos educadores.

Sendo assim, seria desejável que na Escola Pública a competência docente estivesse definitivamente comprometida com a comunicação e posse de saberes lingüísticos, científicos, históricos, sociais e artísticos pelos alunos das camadas majoritárias da população.

A competência docente é, portanto, uma elaboração histórica continuada. Um eterno processo de desenvolvimento, no qual o educador, no cotidiano do seu trabalho, no

exercício consciente de sua prática social pedagógica, vai revendo, criticamente, analisando e reorientando sua competência ("saber fazer bem"), de acordo com as exigências do momento histórico, do trabalho pedagógico e dos seus compromissos sociais, enquanto cidadão - profissional - educador.

Isto significa colocar um fim a uma concepção de competência docente inata ("dom"), estática, fechada e acabada, estimulando, nos educadores, uma atitude de busca contínua de aperfeiçoamento do seu processo de desenvolvimento pessoal (cidadania) e profissional (trabalho).

A Formação Regular dos Professores Não Está Formando Profissionais Competentes

Nas últimas décadas, pesquisas realizadas têm demonstrado, com nitidez, a falência da formação dos educadores para uma atuação competente nas escolas públicas do ensino fundamental e médio.

A formação das antigas escolas normais preparou, de certa forma, professores primários e de Pré-escola para atuarem numa Escola Pública que era freqüentada basicamente por alunos das camadas média e média-alta da sociedade brasileira. Isto significa afirmar que a competência das normalistas esteve condicionada às necessidades e expectativas de um tipo de Escola, num momento histórico determinado. Ou seja, "as escolas normais tiveram, pois, seu período áureo de funcionamento e cumpriram, de fato, um papel importante: formaram com competência o professor primário que iria trabalhar nas escolas públicas e particulares, até mesmo nas escolas isoladas do interior, o que ocorria em muitos estados, com os recém-formados que ingressavam no magistério" (FUSARI, 1990, p. 47).

A partir de meados dos anos 70, com a transformação da Escola Normal (Curso Normal) em uma das habilitações (Magistério) do ensino técnico de 2º Grau - Lei n(0) 5.692/71 -, a formação dos educadores para a Pré-escola e para as quatro primeiras séries da Escola fundamental entrou em decadência absoluta, na medida em que não conseguiu formar, de maneira competente, profissionais para trabalharem bem com a realidade das escolas públicas em geral.

Além da Habilitação para o Magistério, os cursos de Pedagogia e as Licenciaturas também entraram em crise, pode-se assim dizer, na medida em que não conseguiram articular uma proposta pedagógica que preparasse bem o professor para trabalhar com a realidade objetiva dos alunos das camadas majoritárias e mais desfavorecidas da população.

A título de exemplo, muitos são os docentes (pedagogos) que lecionam no Magistério e sentem-se impotentes diante de alunas que são empregadas domésticas durante o dia e freqüentam um curso noturno de formação de professores. A Pedagogia precisa preparar o pedagogo para enfrentar esta realidade e para desempenhar-se bem nela.

Na perspectiva de transformar a Habilitação para o Magistério e superar seu fracasso, uma das medidas concretas foi a criação, pelo MEC, em 1982, ao nível nacional, dos Centros de Formação para o Magistério (CEFAMs), que têm como principal objetivo formar um bom professor, tendo em vista as reais necessidades das escolas públicas do ensino fundamental.

O CEFAM, pode-se dizer, não vai resolver o problema da formação dos professores brasileiros; entretanto, trata-se de uma experiência que, juntamente com outras medidas para valorização do Magistério, poderá apresentar resultados interessantes no futuro.

Existe também, vale a pena registrar, dentre outras, a Associação Nacional Pró-Formação dos Educadores - Anfope -, antiga Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador - Conarcef -, que significa mais uma proposta concreta para a formação do profissional da educação escolar. Numa outra linha, mas na mesma direção - formar melhor o professor para as primeiras séries do ensino fundamental -, deve-se registrar o Projeto MEC/PUC que teve como principal produto a publicação da Coleção Magistério *Segundo Grau* (São Paulo, Cortez, 1989).

Em síntese, pode-se afirmar que a formação regular dos professores, nos Cursos de Habilitação para o Magistério, CEFAM, Pedagogia e Licenciatura, apesar de tantos esforços (por parte dos educadores), ainda está conseguindo resultados quantitativos e qualitativos que alterem, para melhor, a realidade da formação dos profissionais do ensino. Isto justifica a necessidade de uma Política para a Formação dos Educadores em Serviço, como medida concreta para aperfeiçoar, de forma permanente, a competência docente.

A Formação de Professores em Serviço já Tem Uma História no Estado de São Paulo

Apesar de o presente texto não ter como objetivo resgatar e explicitar a história da capacitação de educadores em serviço no Estado de São Paulo, vale a pena, a título de justificar a necessidade de uma Política para a Formação do Educador em Serviço, apresentar alguns momentos desta história.

Nos últimos vinte anos, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP, da Secretaria da Educação, vem desenvolvendo um trabalho significativo na linha da formação de educadores em serviço.

Uma análise rápida da atuação da CENP permite identificar, na sua trajetória, diferentes momentos que correspondem a diversos enfoques nas tendências do treinamento de educadores em serviço". Grosso modo, pode-se afirmar que, de maneira coerente com a história do País, da própria Educação, a CENP vivenciou, através de seus projetos, as várias tendências pedagógicas brasileiras -a saber: tradicionalismo, escolanovismo, tecnicismo" - e, nos últimos anos, vem buscando vivenciar propostas de capacitação de docentes mais fundamentadas nas linhas progressistas"; contudo, é claro, com os limites e possibilidades da própria instituição.

As universidades paulistas - USP/Unesp/Unicamp - vêm, nos últimos anos, desenvolvendo por iniciativa própria, ou via convênios com a Secretaria da Educação, trabalhos de formação de educadores em serviço, desencadeando junto à Rede de Ensino público cursos, encontros, seminários, assessoria e cooperação técnica direta e indireta, atingindo assim um dos objetivos básicos do ensino superior - a extensão universitária.

A partir de 1986, a Rede de Ensino vem contando também com o trabalho da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, que, através de seus diferentes serviços, vem cuidando da formação continuada dos educadores escolares em serviço.

No limite, pode-se afirmar que, de alguma maneira, a Secretaria da Educação, através da criação e manutenção tanto de órgãos de Formação de Recursos Humanos, como

de convênios com Universidades, vem-se preocupando com a formação dos educadores em serviço, o que equivale a dizer que a formação regular dos educadores (Habilitação para o Magistério, Pedagogia, Licenciaturas) não está atingindo seus propósitos de preparar os educadores escolares para os desafios da realidade e necessidade do ensino fundamental e médio da Rede Pública.

Isto significa que, para além de formação escolar, de formação oferecida pela CENP, pelas Universidades e pela FDE, a competência dos educadores necessita ser formada no cotidiano do trabalho do infra-escolar, na dinâmica da Unidade Escolar, no dia-a-dia, na sala de aula, na rotina da escola enfim.

O Papel do Diretor na Formação do Professor em Serviço

Ao questionarmos os educadores em geral e, em especial, o diretor das unidades escolares, sobre as possibilidades de a capacitação (aqui entendida como aperfeiçoamento contínuo e permanente de conhecimentos, atitudes e habilidades) ocorrer no cotidiano da Escola, alguns (muitos) prontamente respondem que isto não é possível, dadas as condições perversas nas quais os profissionais da Educação trabalham atualmente.

Outros, porém, digamos portadores de um certo "realismo crítico" (aqui entendido como a superação do "pessimismo crítico"), admitem que a dinâmica da Escola é contraditória e, portanto, surgem espaços nos quais algo inteligente, criativo e crítico pode ser feito em prol da melhoria do ensino. Eis aqui a possibilidade de a formação do educador ocorrer em serviço, no cotidiano da organização da Unidade Escolar.

A rotina do funcionamento da Escola pode ser a possibilidade de o professor aperfeiçoar, continuamente, sua competência docente-educativa, o mesmo podendo ocorrer com diretores, assistentes e demais profissionais que atuam no sistema formal de ensino.

Com o intuito de desenvolver um raciocínio, a partir das possibilidades e não das impossibilidades de o diretor coordenar um trabalho de formação dos professores em serviço, o ponto de partida seria o de elencar e analisar as atividades que constituem o próprio processo de planejamento do currículo escolar, a saber: matrícula dos alunos (realizada sempre no final do ano letivo anterior), agrupamento dos alunos nas classes; elaboração de grade curricular da Escola; elaboração do horário; atribuição de aulas; início do ano letivo; semana de planejamento; constituição do Conselho de Escola; elaboração do plano anual de ensino; rotina das aulas; avaliação do primeiro bimestre; Conselho de Classe...

Uma análise do conjunto das atividades que constituem a organização das escolas permite perceber que cada uma delas, assim como o conjunto, é um todo dinâmico, exigindo competência dos educadores que trabalham na Escola, o tempo todo, durante o ano letivo.

Dando continuidade ao raciocínio de que o cotidiano pode ser um elemento de alienação, mas também uma possibilidade de construção da competência dos educadores, vejamos alguns exemplos de como isto poderia ocorrer, contando com a coordenação e o estímulo dos diretores de Escola.

A **matrícula dos alunos** não pode ser percebida e administrada como algo meramente burocrático, desenvolvido pela equipe da secretaria (se é que se pode falar em equipe, dado que em muitas escolas não existem funcionários em número suficiente para a

composição de um grupo), tendo como objetivo listar o nome de crianças, jovens e adultos que procuram a Unidade Escolar.

A matrícula dos alunos, longe de ser uma atividade meramente burocrática, é um procedimento que obedece a uma política (explícita ou não) da Escola, relacionada aos compromissos que ela tem com o processo de democratização do ensino.

Isto posto, a grande demanda pela escola, quando isto ocorre, em vez de provocar um eventual descontentamento da equipe que cuida das matrículas, deve, ao contrário, provocar satisfação (política) por dar atendimento àqueles que buscam a Escola. Unidade Escolar "lotada de alunos", dentro de uma certa normalidade, é claro, é sinal de que esta Escola está comprometida com uma proposta democrática de ensino.

Vejam. Uma atitude de satisfação por parte das equipes da Escola pode revelar um certo nível de competência técnica aliada a um compromisso político. E isto não deve ser fruto de um acaso e sim de uma formação de educadores nos cursos regulares, nas situações de capacitação oferecidas pelo Estado, e também de um trabalho realizado no cotidiano da Escola, no seu dia-a-dia, no qual, liderados pelos diretores, os demais educadores escolares crescem em conhecimentos, atitudes e habilidades.

O **início do ano letivo**, além de percebido e assumido como uma atividade burocrática, legal, formal, constitui-se num ato político coerente com a Proposta Educacional da Escola. Trata-se de um ato político concreto: abrir a Escola para alunos que a procuram. Isto implica o duplo movimento de buscar e encontrar aquilo que é buscado: a vaga, o espaço, a acolhida, a qualidade e a quantidade de ensino.

Não se trata de uma atitude apenas do diretor da Escola ou de alguns funcionários e docentes. O ato técnico-político da abertura do ano letivo deve ser assumido pelo coletivo dos educadores que, sem preconceitos, recebem as turmas de alunos, seus familiares, para juntos discutirem a Proposta Educacional da Escola.

Nesta situação também é possível envolver a formação do educador em serviço, pois significa, antes de mais nada, uma atitude democrática do corpo docente em relação aos alunos e a seus familiares. Esta atitude não é inata no educador; é, sim, aprendida, desenvolvida, formada, à custa de muito debate, estudo e reflexão.

A **organização das classes** é outra possibilidade para o diretor desenvolver capacitação nos educadores escolares. É bastante comum entre os profissionais da Educação a discussão em torno da questão das turmas homogêneas e heterogêneas. E isto possibilita colocar algumas outras questões:

- O que é homogêneo e heterogêneo, em se tratando de alunos, classes e turmas?
- Quais critérios devem ser adotados para o agrupamento dos alunos nas salas de aula?
- Quais critérios facilitam melhor o processo de ensino e aprendizagem?

Responder às questões arroladas exige, mais uma vez, preparo por parte dos educadores. Exige formação. Exige conhecimento e posicionamento pedagógico-político. E isto também é aprendido através do processo de ação, reflexão, ação vivenciada pelos educadores, no cotidiano da Escola.

A tarefa de organizar as classes não deve ficar restrita ao "juntar" todos os alunos da mesma idade, numa mesma sala; deve, sim, ser uma oportunidade concreta de a

Escola repensar o seu planejamento do ensino: objetivos educacionais, conteúdos, métodos, procedimentos de ensino e aprendizagem, meios de comunicação e avaliação.

É preciso que, num processo de formação em serviço, os educadores busquem informações e reflexões teórico-práticas que os ajudem a organizar as classes, a formar agrupamentos que propiciem a aprendizagem de conhecimentos significativos que, de fato, instrumentalizem o cidadão para uma prática social mais competente, crítica e transformadora.

Uma boa situação de capacitação de educadores em serviço pode ser, dentre outras, a discussão dos critérios para agrupamento dos alunos em sala de aula.

A **organização da grade curricular** é uma das atividades que deve ser desenvolvida de forma fundamentada nos princípios que orientam o Planejamento de Currículo da Escola, ao contrário daquilo que, infelizmente, vem ocorrendo no cotidiano das escolas, no qual a grade curricular é percebida como sinônimo de currículo escolar.

Lidar com a grade curricular exige competência pedagógica, exige posicionamento teórico por parte dos educadores. Não se trata, portanto, de mero preenchimento de um formulário, no qual constam o nome das disciplinas e o número de aulas de cada uma delas, nas diferentes séries.

O que orienta a elaboração da grade curricular é o posicionamento da Escola em relação à sua Proposta Pedagógica, que, por sua vez, traz em seu bojo o "perfil do cidadão que a Escola pretende formar", como resultado da reflexão entre o aluno que temos (real) e aquele que queremos formar (ideal).

Nesta atividade, também pode-se perceber que a elaboração da grade exige competência pedagógica dos educadores; envolve escolha entre tendências pedagógicas da Educação brasileira; implica escolher os princípios que orientarão o processo de ensino e aprendizagem da Escola.

Mais uma vez, pode-se afirmar que esta competência não é inata nos educadores e sim formada, construída, a partir de sua prática social pedagógica, quando esta é questionada, problematizada, avaliada, enfim, diante, por exemplo, dos índices de evasão e retenção da Escola.

Os grupos de estudo na Escola, por sua vez, poderão ser organizados a partir das necessidades objetivas do processo de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar, tendo em vista a formação do educador em serviço.

Durante as atividades semanais, nas quais outros profissionais (de Artes, Educação Física etc.) assumem as aulas, os docentes das classes poderiam reunir-se e estudar um determinado assunto, aprofundando temas e trocando experiências no processo de busca de superação de um determinado problema.

A rotina da Escola deveria proporcionar, mas não o faz, o encontro semanal, quinzenal ou mensal de professores de uma mesma série, propiciando assim a conversa, a troca de idéias e a discussão de seu trabalho cotidiano, buscando formas de atuação individuais/coletivas no trato das questões pedagógicas que mais lhes afligem.

A título de exemplo, os professores de um mesmo período ou série poderiam reunir-se e discutir a questão da violência na Escola, procurando registrar os fatos mais marcantes,

caracterizando-os e analisando-os a partir de fundamentação teórica. As respostas aos problemas não serão encontradas nos textos e sim na reflexão grupai, na qual a experiência dos professores, aliada ao estudo, oferecerá alternativas de como lidar com problemas de violência (física, verbal etc.) que surgem no cotidiano escolar.

Quanto à leitura de textos, a experiência tem demonstrado a improdutividade da leitura desorganizada de artigos, desvinculada dos problemas enfrentados pelos docentes. A fundamentação teórica deve ser utilizada como um meio para a superação de problemas; contudo, isto não deve ser interpretado da ótica de um pragmatismo estreito, mas como a possibilidade de os autores selecionados para estudos propiciarem ao corpo docente uma reflexão acerca do cotidiano escolar e seus problemas.

Outras tantas situações poderiam ser sugeridas para o trabalho de formação do educador em serviço. O mais importante é instalar no corpo docente das escolas a capacidade de agir, pensar e agir, num processo contínuo de reflexão da própria prática docente, como fator determinante para uma ação pedagógica mais consciente, crítica, competente e transformadora.

Considerações Finais

O presente texto teve como principal objetivo discutir, sem contudo esgotar, a formação continuada de professores no cotidiano da Escola fundamental, especificando o papel do diretor neste processo. Procurou-se também contextualizar a questão da formação do educador em serviço, no panorama mais amplo da democratização do ensino.

A questão da competência docente foi abordada como mediação importante no processo de ensino e aprendizagem, evidenciando-se o fato de os cursos regulares de formação de professores ainda não estarem formando, de maneira competente, estes profissionais. Esta realidade abre um espaço importante para algo mais amplo, que seria uma Política para a Formação do Educador em Serviço, que, por sua vez, seria traduzida em programas e ações diversificados, atendendo assim os anseios dos educadores escolares.

Dentre outras possibilidades, o cotidiano escolar, a realidade do dia-a-dia da Escola, foi abordado como uma instância privilegiada para a formação do educador em serviço, desde que se resolva, com urgência, a questão salarial dos profissionais do Magistério e ofereçam-se condições gerais básicas para um trabalho pedagógico que, de fato, contribua para a formação da cidadania do homem brasileiro.

Referências Bibliográficas

- FUSARI, J. C. A educação do *educador em* serviço: treinamento de professores em questão. São Paulo: PUC, 1988. Tese (mestrado).
- _____. (org.). O professor de 1 ° grau: trabalho e formação. São Paulo: Loyola, 1990.
- LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1984.
- _____. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MELLO, G. N. Magistério de 1 ° grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- PIMENTA, S. G. O pedagogo na escola pública. São Paulo: Loyola, 1988.
- RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. Da mistificação da escola à escola necessária. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.
- _____. Escola e democracia. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- _____. Educação, cidadania e transição democrática. In: COUVRE, Maria de Lourdes (org.). *Cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.